

## **"SOMOS TODOS IGUAIS", MAS NEM TANTO: LENTES FEMINISTAS INTERSECCIONAIS PARA COMPREENDER O CONSERVADORISMO EM COMUNIDADES ESCOLARES**

Bruna Dalmaso-Junqueira – UDESC [dalmaso.junqueira@gmail.com](mailto:dalmaso.junqueira@gmail.com)  
Catarina Cerqueira de Freitas Santos – UFPE [ctacerqueira@gmail.com](mailto:ctacerqueira@gmail.com)  
Naiade Salinos Teles – UFRGS [naiade.salinos@gmail.com](mailto:naiade.salinos@gmail.com)  
Mariana Jaroceski – UFRGS [marijaroceski@gmail.com](mailto:marijaroceski@gmail.com)

O conservadorismo tem avançado em práticas e políticas educacionais, intensificando disputas por currículo, didática e o papel social da escola. Tal movimento tem ecoado, sobretudo, na restrição de debates sobre gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, justificando-se na defesa de valores morais e religiosos. Neste trabalho, reflete-se sobre como a interseccionalidade, enquanto lente metodológica e epistêmica, auxilia na compreensão deste fenômeno.

A pesquisa em andamento investiga a articulação do argumento conservador em comunidades escolares, partindo da compreensão da Aliança Conservadora (Apple, 2003): uma coalizão estratégica de grupos por projetos comuns de reconfiguração educacional baseados na lógica de mercado, na família tradicional e na moral cristã. A convergência entre conservadores e neoliberais tensiona o papel do Estado no combate às desigualdades históricas: converte-se disparidades sociais em critérios de mérito individual, naturalizando iniquidades e fortalecendo projetos autoritários (Brown, 2019).

O conservadorismo se sustenta, em muito, na criação de fronteiras simbólicas que definem pertencimento e exclusão. O medo do “outro”, ou de tudo que foge à norma, é acionado para restaurar hierarquias sociais e morais. Assim, o ideal de igualdade, sob a ótica neoliberal-conservadora, torna-se estratégia para apagar tensões estruturais. No Brasil, elementos latentes de autoritarismo, sexismo e racismo já presentes no tecido social têm sido rearticulados e, diante disso, questionamos: em que medida o discurso de que “somos todos iguais” contribui para reatualizar dinâmicas de racismo, homofobia e sexismo no contexto educacional?

Para perquirir tal problema, entrevistamos gestões, docentes e responsáveis de 15 escolas públicas, incluindo cívico-militares, em 5 cidades brasileiras. Utilizamos a análise relacional (Apple, 2003), articulando fenômenos educacionais a contextos sociais mais amplos, e a análise temática (Braun; Clarke, 2006), buscando temas latentes e recorrentes

nos dados. Os dados dividem-se em 11 categorias (doutrinação ideológica, patriotismo e civismo, agenda antigênero, questões étnico-raciais, interferência religiosa, disciplina, qualidade, vigilância do trabalho docente, centralidade da família, resgate da ordem social e segurança) e dois temas transversais (autocensura e neutralidade). Analisaremos aqui os recortes sobre agenda antigênero e relações étnico-raciais.

Embora baseadas em perspectivas críticas, reconhecemos os limites de análises centradas apenas na categoria de classe e incorporamos a contribuição da interseccionalidade (Crenshaw, 2002), denunciando como raça e gênero operam conjuntamente, limitando os horizontes de mulheres negras. Os feminismos complexificam os estudos educacionais ao permitirem analisar criticamente políticas que, além de servirem ao capital, reatualizam estruturas patriarcais, heteronormativas e racistas.

Nas entrevistas, identificamos um rechaço recorrente à abordagem de gênero e raça, ecoando um discurso propagado na política contemporânea, de que a escola não seria o lugar para tais temas ou, mesmo, rotulando-os de “doutrinação” (Lima et al., 2025). Compreendemos que a análise desse fenômeno se beneficia de lentes críticas e interseccionais.

Na argumentação, gênero e sexualidade cabem apenas às famílias. Para uma professora de Porto Alegre, isso é *delicado*: “*Quem define o que o filho vai ser, não vai ser, enfim, que conceitos de moral, eu acho que a família tem que passar, eu acho que não cabe a mim enquanto professora*”. Percebemos tal recusa como forma de (re)privatizar direitos conquistados com lutas coletivas: retirando-as do campo público, em especial do escolar, onde podem ser problematizadas e ampliadas (Apple, 2003). Esse é um movimento frequente da ofensiva conservadora, por exemplo, ao combater a suposta “ideologia de gênero”. Difunde-se o pânico associando a diversidade à sexualização precoce ou pedofilia (Corrêa, 2020) - reprivatizando um tema público, político e social.

Falando sobre a função da educação, uma professora de Florianópolis defendeu a estrita abordagem de “temas universais” e “conteúdos”. Em afirmações como essa, reconhecemos um sistema educacional baseado na falácia da neutralidade, mesmo que tal sistema historicamente reproduza violências e desigualdades. Parte-se do pressuposto de que, ao serem expostos/as ao debate sobre a diversidade, estudantes seriam

influenciadas/os a afrontar o código moral familiar. Silenciar o debate escolar sobre diversidade, entretanto, vulnerabiliza estudantes ao naturalizar-se a reprodução de opressões.

Um professor de Salvador afirmou que os maiores problemas com estudantes se dão entre os LGBTQIA+ por serem “*mais espalhafatosos, desrespeitosos*”, diferentes das “*pessoas normais*”. Uma mãe de estudante em Florianópolis, por sua vez, disse que estudantes estariam sendo acusados/as injustamente de homofobia por não saberem “*lidar com as relações afetivas*”. Nessas falas, percebemos como a ausência de um debate estruturado sobre diversidade na escola não produz neutralidade, mas sim legítimas percepções e práticas marcadas por estigmas. Enquanto o professor reproduz homofobia, repreendendo comportamentos desviantes da norma, o relato da mãe aproxima-se do pânico moral: em vez de problematizar práticas discriminatórias, questiona-se quem as denuncia. Identificamos a tolerância condicionada: sujeitos dissidentes tendem a ser aceitos desde que em silêncio e enquadrados na cisheteronormatividade.

O silenciamento estende-se à raça. Observamos a rejeição do racismo como objeto de estudo através da ideia de que “*todos somos iguais*” - fenômeno que interpretamos a partir do dito por Nilma Gomes (2012, p. 46): “*o racismo em nossa sociedade [...] se afirma através da sua própria negação*”. Embora a escola seja local de muitas experiências racistas precoces, uma professora de Salvador foi enfática ao afirmar que em sua escola “*não há casos de preconceito*”, reduzindo episódios de racismo a brincadeiras, *bullying* ou mesmo a problemas familiares e sociais.

Observamos a negação das pautas raciais também em falas pela suposta igualdade. Para uma familiar em Brasília, “*nós não temos raça, nós somos um só [...] a sociedade que colocou isso, mas nós somos iguais*”. Nessa retórica de harmonia, identificamos o mito da democracia racial, dispositivo da branquitude para manter privilégios. Cida Bento (2022) argumenta que a branquitude evita o confronto com sua responsabilidade, deslocando o debate como “*problema do negro*”. No mesmo caminho, uma docente de Florianópolis reforçou que o racismo deveria ser trabalhado “*pelos pessoas negras*”, alegando que o debate poderia “*abrir feridas*” ou “*criar ambientes hostis*”.

Assim, identificamos o daltonismo racial, um recurso recorrente do conservadorismo que silencia a luta contra desigualdades e, ao mesmo tempo, exime-se da responsabilidade diante dela. Para promover a igualdade, seria necessário negar as

diferenças (Saad, 2000), ou, como afirmou uma professora de Porto Alegre, “*Tanto faz ser negro, branco [...] Todo mundo é igual*”.

Sua afirmação, no entanto, não corresponde aos dados sobre privilégios de classe, raça e gênero: a desigualdade no Brasil é profundamente racializada, com pretos e pardos enfrentando maior pobreza e desemprego, e mulheres negras representando o grupo mais vulnerável da estrutura social (Brasil, 2024). Historicamente, Lélia Gonzalez (2020, p. 146) denuncia como mulheres afro-americanas e ameríndias “dada sua posição social, articulada com a discriminação racial e sexual”, sofrem os efeitos mais brutais das crises. Através da interseccionalidade, chamamos atenção aos diferentes sistemas de poder que, ao interagirem, amplificam as opressões (Crenshaw, 2002). Nesse sentido, a igualdade evocada por docentes, ao invés de contribuir socialmente, acaba por camuflar e reforçar dispositivos do racismo, homofobia e sexismo.

O discurso de que “somos todos iguais”, mobilizado no interior de comunidades escolares marcadas pelo avanço conservador, opera menos como princípio de justiça e mais como um mecanismo de apagamento das desigualdades estruturais de gênero, sexualidade e raça. As lentes dos feminismos interseccionais nos auxiliam na compreensão do fenômeno, destacando que a ideia de neutralidade defendida por conservadores é uma forma ativa de sustentar opressões que atravessam de forma interseccional estudantes e educadoras/es.

## **Referências**

APPLE, M. W. **Educando à Direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Boletim sobre a desigualdade racial no mercado de trabalho**: novembro/2024. Brasília, DF: MTE, 2024.

BRAUN, V; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

BENTO, C. **O Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CORRÊA, S. Entrevista: a ofensiva antigênero como política de Estado. **Conectas: direitos humanos**. 07 mar. 2020.

CRENSHAW, K.. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

LIMA, I. G. de *et al.* O vocabulário do conservadorismo na educação brasileira: um glossário em construção. **Currículo sem Fronteiras**, v. 25, 2025

SAAD, L. **Eu e a Supremacia Branca: como reconhecer seu privilégio, combater o racismo e mudar o mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.